SINTRAJUD
FENAJUFE
Condutas
JUDICIÁRIO
Novembro/2008
330
Órgão Oficial dos Trabalhadores do Judiciário
3222.5833
www.sintrajud.org.br

Assédio Moral não!



Jesus Carlos

Exigimos respeito!

Desembargadora assedia servidores da Justiça Federal

"...Nosso dia tá péssimo hoje e vai ficar pior para várias pessoas... O meu nome é Marisa Santos. Meu cargo é desembargadora federal e coordeno os Juizados Especiais...E venho aqui representar o Tribunal"

"Se tivesse prova de dignidade no concurso várias pessoas que estão aqui não teriam passado"

"Você* é diabética. Quer dizer que a cada três horas você pára duas horas para se alimentar? Isso é um escândalo"

Opinião do Sintrajud

Sindicato repudia assédio no JEF

As semelhanças talvez não sejam meras coincidências. A gravação da reunião de trabalho 'comandada' pela desembargadora Marisa Santos, coordenadora do Judiciário Especial Federal (JEF), parece nos remeter ao 'treinamento' militar dado pelos 'professores' do Bope a seus alunos em "Tropa de Elite", o polêmico filme do diretor José Padilha.

A questão é que não estamos em um quartel militar brasileiro da década de 1970 ou 80, quando os generais dominavam, sabemos todos como, a cena política no Brasil. O JEF é parte do Judiciário Federal de São Paulo, que tem dentre as suas atribuições a de zelar para que os direitos trabalhistas e civis dos servidores públicos sejam respeitados.

A desembargadora extrapolou em muito as prerrogativas de seu cargo. Os métodos por ela adotados chocam-se com o posto que ocupa. São intoleráveis em relações de trabalho civilizadas.

Há desrespeito ético e legal quando chama algum subordinado de imbecil. Há preconceito inadmissível, quiçá bárbaro, quando alguém faz uma referência daquelas a um servidor portador de doença crônica e coloca em dúvida o diagnóstico de um médico especializado.

Há outra vez preconceito (talvez étnico) quando alguém que ocupa cargo público se refere ao Acre como o fim do mundo e lugar selvagem.

A legislação trabalhista e mesmo cível é agredida quando pressiona os servidores para que estes não questionem as ações dela nos setores competentes. É como se tivéssemos alguém, de dentro do Judiciário, que nega a existência da própria Justiça.

Outra vez, as FCs, causa de tanto assédio moral, são usadas para oprimir e cercear os servidores, expostos de modo impróprio, irregular e inaceitável.

A desembargadora ameaça com sindicâncias. Mas para que sindicância se ela já investigou, analisou, julgou e divulgou a decisão?

Não! Não estamos em um quartel da década de 1970, quando os direitos civis estavam oprimidos sob as botas sujas dos generais, e a voz da liberdade, abafada pelas engrenagens medievais da tortura.

O Sindicato não descansará enquanto atitudes, métodos e ofensas contra servidores não forem investigados e os responsáveis julgados.

Também cobraremos da presidência do tribunal seu posicionamento diante do caso, já que a desembargadora busca proteção no suposto fato de cumprir ordens diretas da presidente do TRF para agir com tais métodos e modos.

Os métodos e modos da coordenadora da JEF são incompatíveis com o cargo que ocupa

Nós servidores não somos vagabundos. Também não estamos no tribunal de favor, como alguns gostariam para que pudessem subjugar sem receios e limites seus subordinados.

Prestamos concurso, trabalhamos e somos, em boa dose, quem faz com que esse tribunal funcione, apesar de tantos problemas.

Estes métodos, tamanho desprezo para com outros profissionais, preconceitos de variadas origens e o uso de tais termos em uma reunião de trabalho formam um conjunto de elementos incompatível com cargos desta natureza e que envergonham os serviços públicos.

E que, temos certeza, são também reprovados não só pelos servidores, mas também pela população usuária e pela maioria dos magistrados.

Enquanto isso no JEF...



Veja o que diz o Código de Ética da Magistratura Nacional instituído em setembro deste ano

Capítulo IV

TRANSPARÊNCIA

Artigo 10 *– A atuação do magistrado deve ser transparente, documentando-se seus atos, sempre que possível, mesmo quando não legalmente previsto, de modo a favorecer sua publicidade, exceto em caso de sigilo contemplado em lei.*

Capítulo VII
CORTESIA

Artigo 22 *– O magistrado tem o dever de cortesia para com os colegas, os membros do Ministério Público, os advogados, os servidores, as partes, as testemunhas e todos quantos se relacio*
nem com a administração da Justiça;

Parágrafo Único *– Impõe-se ao magistrado a utilização de linguagem escorreita, polida, respeitosa e compreensível.*

Artigo 23 *– A atividade disciplinar, de correição e de fiscalização serão exercidas sem infringência ao devido respeito e consideração pelos correicionados.*

Capítulo XI

Artigo 37 *– Ao magistrado é vedado procedimento incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções;*

Artigo 39 *– É atentatório à dignidade do cargo qualquer ato ou comportamento do magistrado, no exercício profissional, que implique discriminação injusta ou arbitrária de qualquer pessoa ou instituição.*

Denúncia

Autoritarismo e assédio moral no JEF



*Desembargadora grita, dá murro na mesa e humilha servidores * Sintrajud apresentará reclamação disciplinar ao CNJ e cópia à Corregedoria e ao CJF*

Inconformada porque nem todos os servidores do JEF participaram do treinamento realizado em setembro, a coordenadora do juizado, desembargadora Marisa Santos, convocou uma reunião onde não mediu esforços para tentar desqualificar os servidores. Mas o que ela não esperava era que cada frase, cada grito, cada murro na mesa, cada humilhação a que os colegas foram submetidos estavam sendo gravados, conforme cd enviado à imprensa do Sintrajud, comprovando os desmandos da magistrada.

O Sintrajud apresentará nesta terça, dia 4/11, reclamação disciplinar ao CNJ para abertura de Processo Administrativo Disciplinar contra a desembargadora, bem como, encaminhará cópia do documento à Corregedoria do TRF3 e ao CJF.

Reunião ameaçadora

Segundo a gravação, a desembargadora começa a reunião já em tom de ameaça ao cumprimentar os servidores "nosso dia tá péssimo hoje e vai ficar pior para várias pessoas". Em seguida trata todos com ironia e depois chama cada servidor à frente e em tom jocoso lê em voz alta, para todos os presentes ouvirem, cada justificativa apresentada por eles para não participarem do treinamento.

Tratou com desdém servidores com doenças crônicas, ironizou o excesso de trabalho a que são submetidos e ainda ameaçou mudar funcionários de setor. Até denúncia de assédio moral foi citada pela desembargadora para desqualificar servidor, chamando-o de "cretino".

Mas a coordenadora não parou por aí, na reunião anunciou que a presidente do TRF, Marli Ferreira, havia cortado a FC de servidores que não participaram do treinamento e "lembrou" que 18 servidores já foram demitidos por Marli "a bem do serviço público". De fato, no dia 31/10, foi publicada portaria dispensando os servidores de suas funções.

O Sintrajud apura outras situações parecidas encaminhadas por servidores. "Depois da campanha de combate ao assédio moral, os servidores estão mais conscientes e dispostos a lutar por seus direitos e o papel do Sindicato é dar suporte e defender a categoria. Não podemos admitir que trabalhadores sejam tratados dessa maneira. Exigimos respeito e vamos até as últimas conseqüências para que casos como esses não continuem a acontecer e seus autores fiquem impunes", afirma a diretoria do Sintrajud.

Jornal do Judiciário

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672

Editora: Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista

Colaborador: Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Bernardo Rivera **Tiragem:** 13.000

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Denúncia

Desembargadora grita, humilh



Jesus Carlos

Desembargadora Marisa Santos diz que FCs estão canceladas e serão abertas sindicâncias

Por entender que os fatos falam por si, o Jornal do Judiciário optou por publicar os principais trechos da reunião em que a coordenadora Marisa Santos destrata os servidores.

Como só a desembargadora teve direito ao uso da palavra, aparecerá só trechos de sua fala. Os servidores citados tiveram os nomes omitidos para resguardá-los.

A gravação enviada ao Sintrajud já foi periciada pelo especialista Ricardo Molina de Figueiredo, e, portanto, confirmada sua autenticidade. O áudio com a íntegra da reunião pode ser acessado no site do Sindicato (www.sintrajud.org.br).

"Nosso dia tá péssimo hoje e vai ficar pior para várias pessoas. Vou começar me apresentando pra vocês. Meu nome é Marisa Santos...E já vou avisando que sorrisinhos de deboche no canto da boca só vão fazer as coisas piorarem e eu já estou vendo. Então cuidado.

"E estou chamando aqui na frente os seguintes servidores , fulano*, beltrano*, sicrano*...."

"Vocês acham que eu trago funcionários do interior para treinar vocês, que vocês não sabem trabalhar. Por que eu não tenho nada que fazer? Será que vocês não sabem se colocar? Se tivesse prova de dignidade no concurso várias pessoas que estão aqui não teriam passado".

"Eu não faço convite, ficou claro pra vocês? EU NÃO FAÇO CONVITE! (batendo na mesa). Tem alguma parte do que eu falei que vocês não entenderam? Tem ou não tem? Será que eu preciso desenhar? Fazer um gráfico?

FC é usada diversas vezes como forma de pressão

"Fulana*, que recebe uma F5. Coitada. Porque você é a única que trabalha e trabalha mal";

"Sicrana*, que recebe uma FC3 – cujas informações foram copiadas da beltrana*, que recebe FC5 e de uma outra pessoa muita esperta que também recebe FC5".

"Fulano*, que recebe FC3. * você trabalha pessimamente mal. Não vai fazer treinamento de nada porque não consegue dar conta nem de seu trabalho".

"Beltrano*. O beltrano * deve ter batido a cabeça em algum lugar. Como assim estou trabalhando até tarde? Não faz mais do que sua obrigação. É para isso que recebe função comissionada. Só que tem uma coisa que você que é tão esperto não percebeu, o que você deixou de estrago na sua turma. Sua secretaria de turma era um feudozinho de amigos. Isso acabou. Você que foi quem que te tirou de lá? Fui eu, não foi outra pessoa. Fui eu, porque seu trabalho é péssimo.

ofende servidores em reunião

Estão satisfeitos? Eu não faço convite porque o tribunal não convida".

"Vocês não são realmente uns funcionários do gabinete do juizado motivo de orgulho pra mim. E olha daqui pra frente só piora

Presidente do TRF, Marli Ferreira, é citada diversas vezes pela desembargadora

"Eu não faço convite porque o Tribunal não convida. Só que agora essa situação vai ser encaminhada da seguinte forma: a doutora Marli Ferreira soube por mim o que está acontecendo aqui e determinou que essa reunião fosse encaminhada dessa forma aqui".

"ESTÃO CANCELADAS as funções comissionadas dos seguintes servidores (fala o nome dos servidores). Estão canceladas por ordem da doutora Marli. Alguém não entendeu alguma coisa do que eu disse?"

"Não folguem comigo. Vocês estão folgando com o tribunal. E vocês que perderam a FC não perderam porque a doutora Marli perdeu a confiança em vocês ou porque eu perdi a confiança em vocês. Mas porque o tribunal perdeu a confiança em vocês. Isso aqui tem lei, tem ordem tem regras. Tem comando. Não é uma festa. Vocês são péssimos".

"A avaliação vai ser encaminha à presidente do Tribunal. Eu espero que eu tenha sido bastante clara".

Vocês que são diretores de divisão levem para seus setores o que está acontecendo aqui e ponham todos a barbinha de molho. Vocês não têm o direito de trabalhar mal. Estão ganhando muito bem. Uma FC3, R$ 1.200 em média a mais para trabalhar mal. Ai, que é isso tem tanta gente que não tem o que comer aí fora, querendo trabalhar. Vocês viram quantas pessoas foram demitidas do gabinete da doutora Marli a bem do serviço público pela doutora Marli?

Brincando com a saúde do servidor

"Beltrana* é diabética: Quer dizer que você a cada três horas pára duas pra se alimentar. Isso é um escândalo. Eu não estou lhe perguntando nada. Eu não vim aqui pra perguntar nada. Vocês é que vão ouvir o que eu vou falar. Algum comentário? QUEM COMENTOU ALGUMA COISA AQUI? VOCÊ NÃO VAI FALAR NADA. Vocês vão falar na sindicância. É lá que vão falar.

"Fulana*. Passou sua tontura, fulana *? Continua tonta? Seu atestado médico você tem que trazer quando chega atrasada e não agora para mim. Sua oportunidade acabou".

Desqualificando os servidores

"E as três comadres trabalham no mesmo andar. As três comadres combinaram em me dar a mesma resposta. Vocês não puderam vir no treinamento do gabinete, não vão participar dos demais. Participar pra quê? Você não sabem nem o que fazer. Trabalham mal. Vocês todos são péssimos".

"Fulana* – deixei de comparecer afim de não prejudicar o trabalho. Que coisa inteligente... Quem é você? Muito esperto da sua parte, você também é um que trabalha mal"

"Beltrano*, quem é *? Também está cheio de trabalho. É o Único"

"Cicrano* ficou esperando o treinamento ser ministrado no setor. É melhor você sentar e esperar"

"Fulana* – Quem é? Também está cheia de trabalho. Também trabalha mal. Você é péssima.

Mas o que aconteceu agora foi uma ação orquestrada. E eu sei quem foi. Foi um imbecil que orientou as três comadres a não colocarem azeitona na empada das marizas e da Marli Ferreira. Mas eu quero avisar pro imbecil que as empadas têm recheio suficiente. Tá certo? Ninguém ta precisando do receio de ninguém.

Preconceito territorial

"Vocês estão na Avenida Paulista. O metrô pára na frente desse prédio. Vocês mereciam estar num outro lugar. Lá no Acre, em Rio Branco, tem um coitado de um juiz com meia dúzia de servidores faz um juizado itinerante. No caminho sabe o que ele encontra, ele e seus servidores? Encontram jacaré de 3 metros e cobra".

"Vocês trabalham na Avenida Paulista e têm o atrevimento de trabalhar mal...De serem os piores. Olha tem gente aqui que eu conheço há 20 anos. Eu já vi muita coisa acontecer. Mas nunca vi tanta gente ruim pra trabalhar"

Retaliação

"A situação vai ser indicada agora da seguinte forma. Nós vamos instalar uma sindicância onde vocês vão dizer que estão ocupados e sem tempo de treinar e vão continuar trabalhando mais.

"Onde vão me explicar por que a elite do juizado, porque é isso que vocês pensam que são, trabalham mal?".

O ponto de cada um de vocês vai ser assinado na mesa da coordenadora do JEF, que sou eu. Eu vou repetir na minha mesa: a entrada, a saída do almoço, a volta do almoço e a saída à tarde".

Até o dia 3 de outubro, que é a próxima sexta-feira, terão o prazo para deixar esse lixo, lixo que é o gerenciamento do gabinete impecável. Sob pena de perderem as funções comissionadas. Eu fui clara com vocês?

Os que não tiveram treinamento por que não foram vão apresentar os mesmos resultados: um gerenciamento impecável. IMPECÁVEL. Depois, durante a semana, vou colher o depoimento de cada um que não veio. Eu vou colher o depoimento, não vou delegar isso pra ninguém. Está instaurada a sindicância.

Nessa reunião vou fazer uma avaliação geral, e vou decidir quem fica e quem sai daqui. Quem sai daqui não vai sair e vai embora, vai sair com uma anotação no prontuário.

"Não quero ninguém chorando na minha porta e muito menos na porta da presidente. Vocês só vão prestar depoimento na sindicância. A força tarefa está proibida de dar assistência para quem está nessa maldita lista. Vão aprender. Fui clara com vocês? Vocês deram um tiro no pé. Não pensem que vocês vão minar meu trabalho, que nasceu ainda quem vai fazer isso".

"Vocês não são realmente uns funcionários do gabinete do juizado motivo de orgulho pra mim. Olha que daqui pra frente só piora".

"Não quero mais conversinha de ninguém.. As três comadres caso permaneçam no JEF, não vão ficar no mesmo andar".

"...E o cretino que foi à diretoria do Foro se queixar que está sofrendo assédio, por que está com medo quando a doutora Marisa de repente desce a escada? Tá se sentindo assediado porque a gente desce escada para saber quem tá trabalhando. Agora que vou descer todo dia e subir quantas vezes quiser e ai de quem não tiver trabalhando e muito bem".

"Vão honrar os cargos que têm. É tão difícil passar no concurso. Não ponham tudo a perder por causa de uma imbecilidade. Nunca mais menosprezem a minha inteligência de que estão cheios de trabalho. Nunca mais façam isso. Imbecil eu não sou".

* Os nomes dos servidores foram alterados para fulano, beltrano e sicrano.

Especial 1ª Semana do Servidor

Mais que um dia de festa

Debates, teatro e filme fizeram o Dia do Servidor um momento para refletir



Kit Gaion

Debate sobre justiça no auditório do Sintrajud

A reflexão marcou a 1ª Semana do Servidor Público, promovida pelos Coletivos de Saúde e Formação do Sintrajud. O objetivo era que essa data especial não fosse esquecida, ou somente comemorada em festas, tal qual acontece nas festividades do dia do trabalhador, quando algumas centrais sindicais promovem shows e sequer questionam o que é ser trabalhador em tempos de perdas de direitos. No dia do servidor, há muito para pensar e nem sempre há tempo.

O servidor, apesar de ainda contar com alguns direitos, enfrenta diversos problemas no dia-a-dia que se refletem em sua própria saúde, como o assédio moral nos locais de trabalho. Há ainda os ataques constantes, com os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, para retirar direitos, entre eles a estabilidade, o direito de greve e a aposentadoria. E ainda há a responsabilidade de servir à sociedade.

Por isso, temas como a saúde, o trabalho e a justiça estiveram presentes na agenda da Semana. Depois dos eventos, o servidor pode responder a questão, que foi o tema da Semana: "Que trabalho, saúde e justiça queremos?" Mas o debate vai continuar.

Mudanças no mundo contemporâneo são visíveis na saúde do trabalhador

As atividades da 1ª Semana do Servidor Público começaram na noite de terça-feira, 28, no Fórum Pedro Lessa, com a palestra "Adoecimento e doenças do trabalho contemporâneo", ministrada pela psicóloga e doutoranda em saúde coletiva pela Unifesp e assessora do Coletivo de Saúde do Sintrajud, Ana Paula Lopes.

A palestra proporcionou uma reflexão sobre a vida e a saúde. Ana Paula abordou a intensidade das mudanças do mundo contemporâneo e suas conseqüências. Segunda a psicóloga, no mundo do trabalho, elas se tornam visíveis, tragicamente, pela quantidade de doenças e processos de adoecimentos de trabalhadores. Ela explicou que a doença e o processo de adoecimento são diferentes. "A doença é a ausência de bem-estar, de atitude diante da vida; já o adoecimento é um processo, e entendê-lo é primordial".

Os servidores, nos últimos anos, têm sentindo na pele essas mudanças, tornando-se comum os casos de estresse,

depressão e ansiedade. Nos últimos anos, segundo Ana Paula, as principais mudanças no mundo do trabalho foram: a divisão entre o planejamento e a execução das tarefas e a construção de um ideário onde o trabalhador é tratado como empreendedor. "Essas mudanças servem para intensificar o trabalho e explorar ao máximo o trabalhador", afirmou.

Diante dessas mudanças, o assédio moral se tornou uma ferramenta de gerenciamento de trabalho utilizada por administrações. No Judiciário Federal de São Paulo, pesquisa realizada pelo Sintrajud mostrou que um terço da categoria afirma que já sofreu algum tipo de assédio. Um outro número é bastante revelador: em 2006, 1120 dias dos afastamentos da JF médicos foram por transtornos psíquicos.

Atualmente, as doenças do trabalho são crônico-degenerativas, coletivas e acontecem mais cedo. Ana Paula afirmou que é difícil de mensurá-las, mas um bom método para o servidor começar a perceber se está doente seria refletir sobre como se sente ao sair do trabalho.

Respondendo a perguntas de servidores, Ana Paula disse que a saída para esse problema é coletivo. Segundo ela, o ponto central daqui para frente deve ser pensar em maneiras de se coletivizar os problemas e criar soluções para enfrentá-los.

Servidor do Estado ou trabalhador público?

Eles são milhões no País, e em várias categorias. Para a mídia, são taxados de "marajás". Para a sociedade, em geral, que desconhece seus reais problemas, como infra-estrutura precária e falta de servidores, eles atendem mal. Mas quem são os servidores públicos? Por que, muitas vezes, eles não se identificam como classe trabalhadora? Na 1ª Semana do Servidor Público, promovida pelo Sintrajud, as questões foram debatidas na palestra do dia 29, na Câmara, ministrada por Herval Ribeiro, médico do trabalho, doutor em Saúde Pública, professor da Unifesp, autor de diversos livros, entre eles "De que adoecem e morrem os trabalhadores" e "O juiz sem a toga". A intenção, segundo o palestrante, era refletir e olhar sobre a própria categoria.

Com base no artigo "Da servidão à consciência de classe trabalhadora: a longa e difícil passagem", de autoria do professor Herval, foram feitas as discussões. A primeira delas está na denominação "servidor". Segundo o professor, a condição de subalternidade, o pagamento de salário e o uso prevalente das mãos nas tarefas cotidianas fazem do servidor um operário, conforme a definição do termo. No entanto, no trabalho público ainda persistem práticas que são resquícios das relações sociais e de trabalho do regime de escravidão. "Trabalho mais manual para uns e mais intelectual para outros e ausência de direitos explícitos para os primeiros e privilégios para os últimos, em categorias de empregados públicos configuram uma divisão do trabalho eivada de vícios", diz trecho.

Para Herval, o autoritarismo é visto por muitos como legítimo e natural e ele se reproduz para fora. "Cabe ao brasileiro comum, que não tem poder de compra e recorre aos serviços estatais, submeter-se e ficar agradecido pelo que recebe, como simples usuário".

O dia-a-dia do servidor inspira peça de teatro



Erga Omnes é o nome do grupo teatral organizado pelo Sintrajud, formado por servidores da justiça. O grupo subiu pela primeira vez em um palco na noite de quinta-feira, 30, no auditório do Fórum de Execuções Fiscais, para a estréia da peça "Uma jornada de humilhações". A apresentação fez parte do calendário de atividades da 1ª Semana do Servidor Público.

Baseada em relatos dos próprios servidores, a esquete representa situações que podem ser de assédio moral, ou o propiciam. As funções comissionadas são "o carro chefe" da apresentação, pois, é a partir delas que as relações dentro dos tribunais acabam se formando. Em um determinado ponto da peça um servidor diz a um colega: "A minha FC depende do seu trabalho". Entre outras situações, a apresentação retratou a pressão para que os servidores não se afastem por licença médica e a maneira como a administração trata os servidores doentes.

A servidora e atriz Iara Corregliano diz que sentiu dificuldade em resgatar as situações vividas nos tribunais pelo receio de expor os colegas e, ao mesmo tempo, por não querer ficar calada diante das situações. "A dificuldade é ainda maior com uma administração que persegue mais que os próprios assediadores". O servidor ator Leandro Lopes contou que sentiu a mesma dificuldade: "No começo foi meio difícil, mas depois a gente conseguiu trabalhar isso". O grupo está ensaiando desde maio e começou como uma oficina de teatro. Jairo Maciel, o diretor do grupo, contou que os atores que estão na peça foram, justamente, os primeiros que chegaram à oficina. Como ele não conhece o dia-a-dia dos tribunais, ele diz que ficou realmente assustado com os relatos dos servidores. Após a apresentação aconteceu um debate, quando o público pôde interagir com os atores e levantar as questões que afetam a vida e a saúde dos servidores. A diretora do Sintrajud Angélica Olivieri disse que o grupo conseguiu mostrar um pouco do cotidiano dos servidores nos tribunais e levar o público à reflexão: "Essa reflexão é a idéia da 1ª Semana do Servidor", afirmou.

Justiça em debate no último dia da Semana do Servidor

O debate sobre o tema "justiça" fechou a 1ª Semana do Servidor Público. A partir do documentário de Maria Augusta Ramos, servidores debateram qual justiça existe hoje junto com Aderson Bussinger de Carvalho, advogado, professor UFRJ e conselheiro da OAB/RJ sobre Direitos Humanos.

Premiado como melhor filme em diversos países, o documentário "Justiça" mostra o cotidiano de um Tribunal de Justiça no Rio de Janeiro. O filme não mostra entrevistas ou depoimentos, mas sim o que se passa com os réus, juízes e defensores. Além de flagrar o "teatro" da justiça, como descreve a sinopse do filme, o lado de fora também aparece, na carceragem.

No debate, que ocorreu na sexta-feira, dia 31, no auditório do Sintrajud, os participantes assistiram ao julgamento de Carlos Eduardo, um jovem de 23 anos que trabalhava como balconista numa padaria da Zona Sul do Rio, quando, em 2003, foi preso dirigindo um carro roubado. De acordo com Aderson, o caso mostra uma realidade ordinária e revela o tratamento que é dado aos réus pobres, que vão à justiça sem condições de defesa mínima. "Mesmo partindo do fato de que ele tenha participado de um crime, ele tem direito à defesa. Ou será que só o Daniel Dantas merece as prerrogativas da defesa?", questionou.

Outra revelação do documentário, é a forma que são tratadas as pessoas ao serem enviadas a presídios, sem estruturas dignas. "Quem comete o crime tem que cumprir a pena, mas não podemos cometer outro crime", disse Aderson. Para ele, essa estrutura resulta nas organizações criminosas. "Elas só existem porque o Poder Público trata as pessoas de forma desumana".

Aderson concluiu sua fala explicando a raiz do problema: "Dos cerca de 160 milhões de habitantes brasileiros, 1 milhão têm assegurados todos os direitos sociais previstos na Constituição, e até a impunidade. Cerca de 60 milhões estão inclusos no mercado e têm parte dos direitos. Já aproximadamente 100 milhões de pessoas estão fora de tudo. São os que estão nos morros e periferias, bolsões de pobreza. Um dos "remédios do capital" é tratá-los de maneira indigna e o Judiciário acaba sendo usado para isso".

Combate ao Assédio Moral

Pesquisa aponta que 30% da categoria sofre ou já sofreu violência moral

Em campanha desde 2004, Sintrajud realizou pesquisa entre a categoria no ano passado para identificar a incidência desse tipo de violência

Há quatro anos o Sindicato identificou que casos de assédio moral nos locais de trabalho eram freqüentes no Judiciário.

A suspeita se deu por causa do alto número de denúncias recebidas e por um levantamento feito junto aos departamentos médicos dos tribunais, os quais revelavam uma crescente incidência de servidores afastados por estresse e outros transtornos de ordem emocional e psicológica. Os sintomas são os primeiros apresentados pelas vítimas de assédio moral. Desde então, o Sintrajud está em campanha para inibir a prática.

Entre as medidas implantadas, foram realizadas palestras com especialistas nos locais de trabalho, distribuídas cartilhas informativas, diário para o auxílio da vítima, apoio aos assediados, tanto jurídico como através do plantão de acolhimento à vitima e posterior encaminhamento.

Em 2007, o Sindicato contratou uma consultoria especializada para realizar uma pesquisa entre a categoria. A pesquisa, realizada pela Huno Consultoria & Treinamento, revelou resultados surpreendentes. A psicóloga responsável pela pesquisa, Genilda de Souza, considerou a porcentagem de vítimas "escandalosamente alta".

De acordo com a pesquisa, 85% dos entrevistados acreditam existir assédio no Judiciário Federal e 76% deles afirmaram que já presenciaram algum tipo de assédio moral no local de trabalho. Dentre os entrevistados que presenciaram as situações, 78% disseram que foram vítimas de assédio, o que representa 30% do total de servidores. Com uma amostra de 761 entrevistas, a margem de erro dos resultados da pesquisa é de 3,4% para mais ou para menos, com um nível de confiança de 95%.

Para Ana Paula Lopes, psicóloga, especialista em Saúde Coletiva e assessora do Coletivo de Saúde do Sindicato, os números revelam uma violência institucionalizada e oculta nas relações de trabalho do Judiciário Federal de SP. "Por serem formas 'invisíveis' de adoecimento, o desgaste à saúde mental dos trabalhadores (ansiedade, estresse, depressão, etc) nem sempre é associado às situações de assédio. Assim, o número alto de casos, apesar do grande conhecimento do problema, pode ser explicado por este processo de banalização das humilhações e constrangimentos, fruto das relações autoritárias de trabalho, por um lado, e das formas de adoecimento no trabalho, por outro", afirmou a psicóloga em entrevista ao Jornal do Judiciário nº 307.

Entrevistados apontam desmoralização e manipulação das FCs como problemas

A pesquisa também mostrou as formas de assédio mais freqüentes entre os servidores que disseram sofrer assédio moral. Entre as situações, as principais são: desmoralização junto aos colegas, com 71%; ameaças profissionais ou pessoais, com 58%; e impedimento de se expressar, com 50%.

Sobre dificuldades encontradas nos locais de trabalho estão a falta de pessoal, a carga de trabalho excessiva e a manipulação das Funções Comissionadas. Como afirmou Ana Paula, na entrevista, "todas essas situações favorecem muito a institucionalização da violência e as situações de assédio moral nos locais de trabalho. Todas elas são potencialmente geradoras de muitas formas de desgaste à saúde em geral e à saúde mental dos trabalhadores".

Jesus Carlos



5º Congresso define campanha contra assédio moral